

Eleições de 2010 destinaram a mulheres 10% das vagas do Senado

Entre as 12 integrantes da bancada feminina, oito foram eleitas em outubro e quatro têm mandato até 2015 – das quais, três cumprem mais quatro anos de mandato e uma assumiu vaga de senador eleito para governo estadual. **3**



Vários estados decidiram ver no Senado Gleisi, Maria do Carmo, Vanessa, Ana Amélia, Marta, Kátia, Lúcia, Marínor, Marisa, Lídice, Ana Rita e Ângela

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.376 – Brasília, quarta-feira, 2 de fevereiro de 2011

Reeleito, Sarney quer aprovar reforma política ainda este ano



Senador conquista o seu quarto mandato como presidente da Casa com tranquila vitória por 70 votos a 8 sobre Randolfe Rodrigues. Ele citou, entre as prioridades, concluir a reforma administrativa do Senado. Também ontem foram escolhidos os seis outros titulares da Mesa (os suplentes serão eleitos hoje)

Após a posse e o juramento dos 54 novos senadores eleitos em outubro de 2010, o Plenário do Senado confirmou a escolha de José Sarney (PMDB-AP) para presidir a Casa por mais dois anos. Com um confortável placar de 70 a 8 sobre o oponente Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Sarney exercerá pela quarta “e última vez”, como assegurou, o cargo que o coloca na terceira posição da linha sucessória constitucional. Ele anunciou que se empenhará para, ainda este ano, aprovar a reforma política e concluir a modernização administrativa da Casa. Na terceira reunião preparatória do dia, foram definidos os outros seis titulares da Mesa. Os suplentes serão eleitos hoje. **3 a 5**

Fotos de Waldemir Barreto/Senado Federal



O Plenário se reuniu ontem de manhã para empossar os 54 novos senadores. Em seguida, outra reunião preparatória confirmou a eleição de Sarney para presidente

Área de risco não deve receber infraestrutura, dizem consultores

Para especialistas, poder público evitaria tragédias desocupando encostas de morros e não fornecendo serviços como luz elétrica. **6**

Ano legislativo começa com 24 MPs na pauta **2**

Dilma vem hoje ao Congresso para entregar mensagem

O Palácio do Planalto comunicou ao Legislativo que a presidente da República trará pessoalmente a mensagem com o plano de governo, que será entregue durante a sessão solene de reabertura dos trabalhos do Congresso, às 16h. **8**

Deputado Marco Maia é eleito presidente da Câmara

Com 375 votos, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), foi reconduzido ao cargo. Participaram da votação 509 deputados. **5**

Onze das 15 bancadas já escolheram líderes **5**

De todas as medidas provisórias, apenas uma já está no Senado. Três foram assinadas pela presidente Dilma e as demais por seu antecessor, Lula

Congresso reabre com 24 MPs trancando a pauta

QUANDO O CONGRESSO Nacional abrir os trabalhos legislativos hoje, já haverá uma fila com 24 medidas provisórias (MPs) à espera de votação, sendo que apenas uma já chegou ao Senado. As outras 23 estão na pauta da Câmara dos Deputados, por onde começam tramitar as MPs.

No *Diário Oficial da União* da segunda-feira, foi publicada a

MP 524/11, terceira editada pela presidente Dilma Rousseff. As outras 21 foram assinada por Luiz Inácio Lula da Silva.

A MP 524/11 autoriza diversos órgãos públicos a prorrogar, no máximo até 31 de dezembro de 2011, contratos por tempo determinado usados para admissão de pessoal especializado, no âmbito de projetos de cooperação

firmados por acordos internacionais. Esse tipo de contrato é autorizado pela Lei 8.745/93.

Os contratos, que venceriam em 31 de janeiro, foram firmados pelo Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Instituto Chico Mendes, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacio-

nais Anísio Teixeira (Inep).

Uma das medidas provisórias que aguardam votação é a 516/10, que aumentou o salário mínimo para R\$ 540. No entanto, a MP deverá ser substituída em breve por outra, para elevar o valor a R\$ 545.

As outras duas MPs assinadas por Dilma tratam de auxílio para regiões atingidas pelas

chuvas de janeiro. A MP 522/11 repassa R\$ 780 milhões para os ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, para obras de emergência e de prevenção. A MP 523/11 destina R\$ 400 milhões – para operações de financiamento e investimento – a empresas e microempresas localizadas nos municípios atingidos.

Senado divulga duas notas em resposta a reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*

Secretaria de Imprensa da Presidência e Secretaria Especial de Comunicação Social contestam informações publicadas pelo diário paulista sobre a gestão do senador José Sarney

“Com referência à matéria ‘Terceira gestão de Sarney na presidência do Senado não resolveu problemas crônicos da Casa’, publicada na edição de hoje do jornal *O Estado de São Paulo*, em particular no que se refere à declaração de que a proposta de reforma administrativa da Casa – tema ao qual o presidente José Sarney atribui a mais alta relevância – estaria ‘parada’ na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cabem alguns esclarecimentos:

Subcomissão Temporária, criada no âmbito da CCJ, recebeu em 2009 a incumbência de apreciar projeto de resolução de autoria da Comissão Diretora do Senado Federal, propondo uma profunda reestruturação da Casa, por meio da modernização da gestão, da maior transparência no processo decisório e corte de despesas, tendo por base estudos técnicos da Fundação Getúlio Vargas. Essa subcomissão foi presidida pelo senador Jarbas Vasconcelos, teve como relator o senador Tasso Jereissati, e foi ainda integrada pelos senadores Antonio Carlos Júnior, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy e Pedro Simon.

O projeto foi lido em Plenário na sessão de 22 de dezembro de 2009. Em fevereiro de 2010, com a reabertura da sessão legislativa, no prazo regimental, foram apresentadas 34 emendas. Outras 11 emendas foram incluídas pela própria CCJ. No desenvolvimento de seus trabalhos, a Subcomissão Temporária, além da reunião de instalação, realizou uma audiência pública e 16 reuniões de trabalho, ao longo das quais foram examinadas mais de 600 novas propostas e sugestões.

Com a elaboração do relatório e do substitutivo, o projeto volta agora ao exame e votação da CCJ para em seguida ser submetida ao Plenário da Casa.

Nessas condições, não me parece estar ‘parada’ a matéria. Ao contrário, todo o trabalho realizado pela subcomissão demonstra a seriedade e a profundidade necessárias com que a matéria vem sendo tratada pela Casa.

Aos interessados em melhor conhecer o parecer do senador Tasso Jereissati e do substitutivo por ele encaminhado à CCJ, informo que a íntegra do mesmo pode acessada no seguinte endereço: <http://migre.me/3NeKa>

Outras informações sobre a adoção (e resultados) de medidas de natureza administrativa (corte de funções comissionadas e gratificações de representação, regras mais rígidas para o uso das verbas indenizatórias, limitações no uso de celulares e redução nos gastos com passagens aéreas – de R\$ 18 milhões para R\$ 9 milhões, em dois anos) podem ser consultadas no Portal do Senado na internet, no endereço: <http://migre.me/3NeKM>

Pedro Luiz Rodrigues
Secretário de Imprensa
da Presidência do Senado Federal”

“Senhor editor,

Em relação à matéria ‘Sarney caminha para nova gestão à frente do Senado sem fazer reformas’, edição de 23h, que circulou nesta segunda-feira, 31, a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), que responde pela assessoria institucional da Casa, presta os seguintes esclarecimentos:

1) Os senadores ganharão um novo Plenário – Há consenso entre os jornalistas que cobrem o Congresso sobre a necessidade urgente de uma reforma do Plenário do Senado, que não guarda qualquer relação com mordomia ou coisas do gênero. O Plenário é uma obra de arte, tombada, e que há muitos anos demanda uma intervenção mais fina, para além da manutenção apenas. Além do mais, em virtude da modernidade, tornam-se necessárias mudanças para efeito de som, luz e, em última instância, de atendimento à mídia. Além do mais, há que se resolver problemas legais de acessibilidade à Mesa e também solucionar aspectos reais de segurança;

2) Plano de carreira dos servidores – Demanda de realinhamento administrativo, mais que reivindicação de servidores, o plano colocou o Senado Federal em uma rota mais transparente quanto a composição de salários e pagamentos devidos. As folhas salariais foram simplificadas, tornaram-se transparentes, a Secretaria de Recursos Humanos implementou diversas pesquisas e levantamentos obrigatórios, abrindo espaços para acabar de uma vez por todas com qualquer traço de nepotismo na Casa e outras ilegalidades possíveis em grandes estruturas administrativas. Além do mais, o Senado passou a contar com um cadastro detalhado de informações que permite estabelecer políticas de trabalho mais eficazes, sempre preconizando a legalidade e os direitos dos servidores;

3) Inchaço administrativo e tamanho da máquina – Embora o próprio jornal admita que houve diminuição nos gastos totais com comissionados, esquece de enfatizar o esforço que a Casa vem fazendo para racionalizar o seu quadro administrativo. Por exemplo, o regulamento administrativo indica a existência de aproximadamente 4.200 vagas efetivas, contra um número de 3.500 servidores – dados de 26 de outubro de 2010. Esquece de informar, por exemplo, que no biênio 2009/2010, em nome do enxugamento, 323 vagas foram extintas do quadro de pessoal. Sem falar que mais de 1.500 servidores vão adquirir o direito à aposentadoria até 2015. A Casa, ao contrário do que afirma o jornal, caminha para a racionalidade administrativa e não para o inchaço;

4) Servidores fantasmas e horas extras – O ponto eletrônico por senha e computador foi adotado e o volume de pagamento de horas extras despencou de até R\$ 7 milhões por mês para menos de R\$ 800 mil – e deve cair mais. Os pagamentos com comissões especiais de servidores desceu a zero, após a implantação do plano de carreira, em junho do ano passado. Pelas informações técnicas disponíveis, os 85 coletores de ponto biométrico estão em implantação e poderão começar a operar já no início de março, mais uma conquista no processo de modernização da Casa. Procedimentos de contratação foram alterados, eliminando-se a possibilidade de servidores fantasmas. É importante lembrar que o número de pessoas que não batem o ponto – cerca de 500, segundo o jornal, para um universo superior a 6.000 funcionários –, deve-se ao fato de estarem nos estados ou de terem sido liberados por solicitações expressas dos senhores senadores que os contratam. Duas informações importantes: quem não bate ponto está excluído automaticamente do recebimento de possíveis horas extras; ao mesmo tempo, o senador, nesse caso, dá fé diretamente ao trabalho de seu servidor e responde por isso. Em outras palavras, o ponto eletrônico, ao contrário da afirmativa da matéria, deu certo e está em vias de ser aprimorado.

5) Processos de servidores – Todos os inquéritos foram devidamente instaurados e as punições, internas, implementadas. Quaisquer outros pronunciamentos cabem à Justiça;

6) Outras iniciativas voltadas à transparência e modernização – Infelizmente, grandes iniciativas foram ignoradas pelo jornal: Portal da Transparência (onde estão os nomes de todos os funcionários comissionados e efetivos, quadro remuneratório da Casa, todos os editais e resultados de licitações; gastos orçamentários etc.); nova página da Secretaria-Geral da Mesa (discursos em tempo real, inclusive das comissões; informações detalhadas sobre tramitação de matérias; acesso facilitado ao *Diário do Senado Federal* etc.); sistema Siga Brasil, considerado um dos mais colaborativos portais do país para o acompanhamento de gastos do setor público brasileiro; Portal do Senado (unificação de informações de todas as áreas da Casa); modernização da Gráfica, com a redução de turno de trabalho; modernização da Advocacia do Senado, triplicando a sua capacidade de análise de processos internos e externos; dinamização do sistema de comunicação social da Casa, com a entrada em larga escala nas chamadas mídias sociais, aproximando ainda mais Parlamento e cidadão; racionalização das jornadas de trabalho, de acordo com a vocação de cada segmento da Casa; e novas regras para a concessão de passagens aéreas e funcionamento dos gabinetes nos estados.

7) Se houver interesse do jornal em obter mais informações sobre avanços no Senado Federal no quesito modernização e transparência, seria interessante entrar no endereço <http://migre.me/3NeKM>. Refere-se a um balanço preparado pela equipe do **Jornal do Senado**.

Brasília, 31 de janeiro de 2011
Secretaria Especial de Comunicação Social”

Correção

O **Jornal do Senado** publicou em sua edição de ontem que o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) é “de família pernambucana”. Na verdade, sua família é de origem sergipana. A informação foi publicada na página 9, sobre a nova composição do Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso Sessão solene com a presença de Dilma Rousseff

16h O Congresso Nacional, em sessão solene, abre o ano legislativo. A presidente Dilma Rousseff deve fazer a entrega da mensagem e do plano de governo ao Parlamento. Após receber a mensagem, o presidente do Congresso declara instalados os trabalhos da primeira sessão legislativa.

Presidência Reeleito, Sarney preside abertura da legislatura

13h O senador José Sarney preside cerimônia de abertura da primeira sessão legislativa da 54ª legislatura no Plenário do Senado. Às 16h, no Plenário da Câmara, comanda solenidade de inauguração dos trabalhos legislativos no Congresso.

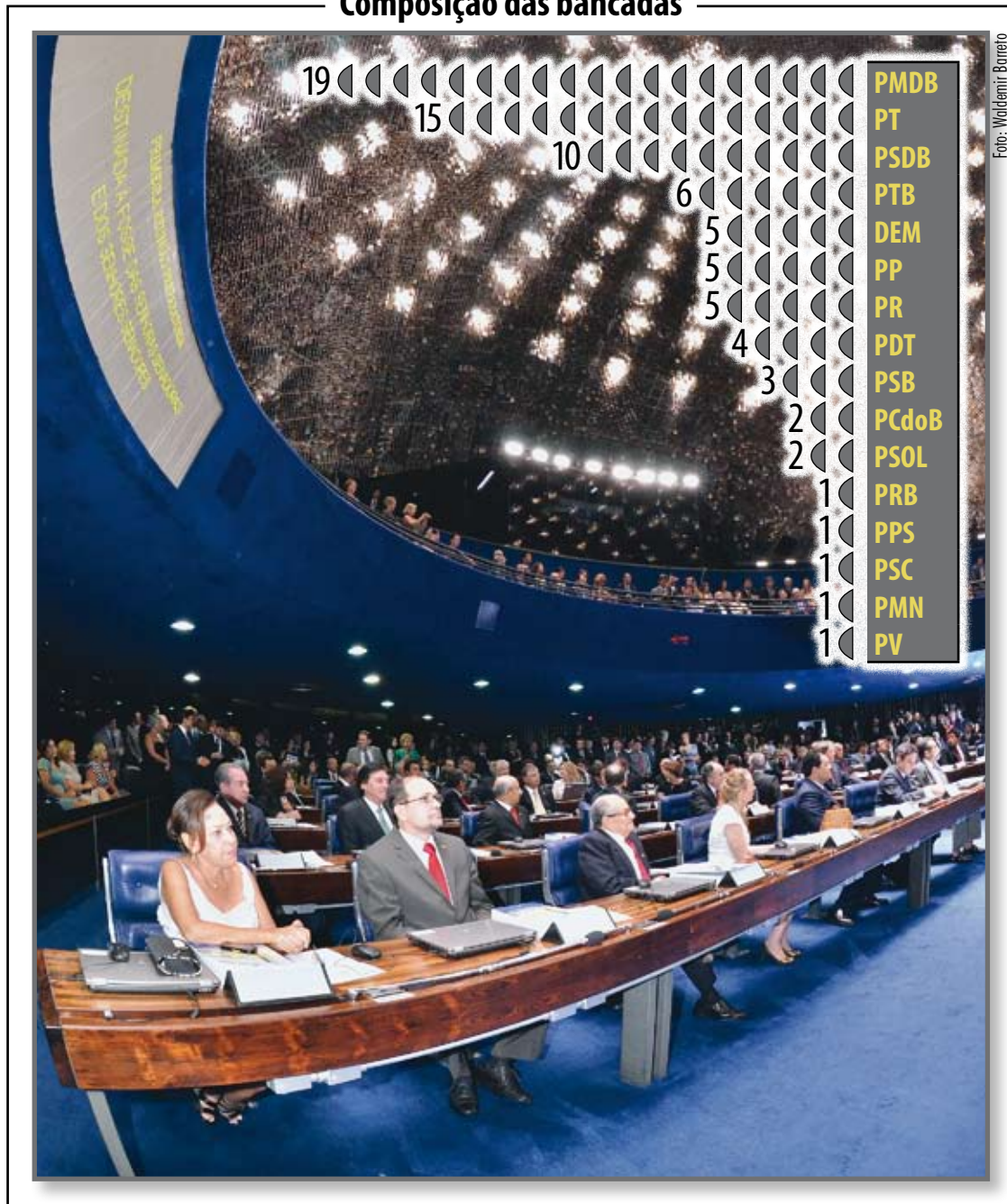
Edição

O **Jornal do Senado** publicado ontem, que traz o perfil biográfico de todos os senadores da nova legislatura, pode ser lido na internet. Há inclusive uma versão em PDF em alta resolução, pronta para impressão.

Para ver a página, entre em www.senado.gov.br/jornal. Na coluna da esquerda, clique em biografias.

SESSÃO ON-LINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Composição das bancadas



Eleições e composição do ministério mudam forças políticas no Senado

A eleição de 2010 trouxe mudanças significativas na composição partidária do Senado. Além de terem sido eleitos dois terços dos 81 representantes, vários senadores assumiram governos estaduais e ministérios.

O maior partido continua sendo o PMDB (19 senadores), que obteve as duas vagas do Maranhão (João Alberto e Edison Lobão) e da Paraíba (Vital do Rêgo e Wilson Santiago). Assumiram ainda Eduardo Braga (AM), Eunício Oliveira (CE), Ricardo Ferraço (ES), Waldemar Moka (MS) e Luiz Henrique (SC); os reeleitos Renan Calheiros (AL), Gilvam Borges (AP), Valdir Raupp (RO) e Romero Jucá (RR); Roberto Requião (PR) e Casildo Maldaner (SC), que, junto com João Alberto, já foram senadores; Garibaldi Alves (RN), no lugar da governadora Rosalba Ciarlini; José Sarney (AP), Jarbas Vasconcelos (PE) e Pedro Simon (RS), que continuam seus mandatos. A licença de Edison Lobão para exercer o cargo de ministro de Minas e Energia não altera a bancada. Ele será substituído pelo seu suplente, Lobão Filho (também peemedebista), enquanto permanecer à frente do Ministério de Minas e Energia.

O PT é o segundo maior partido, com 11 dos seus 15 senadores eleitos em 2010, nove deles estreantes: Jorge Viana (AC), Walter Pinheiro (BA), José Pimentel (CE), Humberto Costa (PE), Wellington Dias (PI), Gleisi Hoffmann (PR), Lindbergh Farias (RJ), Ângela Portela (RR) e Marta Suplicy (SP).

Paulo Paim (RS) e Delcídio Amaral (MS) foram reeleitos, enquanto Eduardo Suplicy (SP) e Aníbal Diniz (AC), este na vaga do governador Tião Viana, completam o mandato. O PT foi beneficiado ainda com a posse dos suplentes Ana Rita (ES) e João Pedro (AM).

O PSDB teve sua bancada reduzida de 16 para 10 senadores: Marisa Serrano (MS), Mário Couto (PA), Cícero Lucena (PB), Alvaro Dias (PR), Cyro Miranda (GO) – na vaga do governador Marconi Perillo –, Lúcia Vânia (GO), Flexa Ribeiro (PA), Aécio Neves (MG), Paulo Bauer (SC) e Aloysio Nunes (SP).

Já o PTB elegeu Armando Monteiro (PE) e manteve Fernando Collor (AL), Gim Argello (DF), Eptácio Cafeteira (MA), João Vicente Claudino (PI) e Mozarildo Cavalcanti (RR). Com isso, é a quarta maior força.

Redução

O DEM reduziu sua bancada de 13 para cinco senadores. Elegeu apenas dois: o líder José Agripino (RN) e Demóstenes Torres (GO), ambos reeleitos. Mantém Maria do Carmo Alves (SE), Kátia Abreu (TO) e Jayme Campos (MT), mas perde as vagas dos governadores Rosalba Ciarlini (RN) e Raimundo Colombo (SC) e do falecido Eliseu Resende (MG), cujos suplentes são de outras legendas. Rosalba foi substituída por Garibaldi Alves (PMDB); Colombo, por Casildo Maldaner (PMDB); e Eliseu, por Clésio Andrade (PR).

O PR também terá cinco se-

nares, o mesmo que o DEM e o PP – que tinha apenas um, Francisco Dornelles (RJ), e elegeu quatro: Ana Amélia (RS), Benedito de Lira (AL), Ciro Nogueira (PI) e Ivo Cassol (RO). A bancada do PR terá ainda Blairo Maggi (MT), Vicentinho Alves (TO), João Ribeiro (TO) e Magno Malta (ES). O retorno de Alfredo Nascimento (AM) ao Ministério dos Transportes beneficia o PT, com João Pedro (AM).

Apesar de Renato Casagrande (ES), agora governador, ter sido substituído por Ana Rita (PT), o PSB aumentou sua bancada com Lídice da Mata (BA), Rodrigo Rollemberg (DF) e Antônio Carlos Valadares (SE). Já o PDT diminuiu, de seis para quatro: João Durval (BA), Acir Gurgacz (RO), Pedro Taques (MT) e Cristovam Buarque (DF).

Inácio Arruda (CE) ganhou, no PCdoB, a companhia de Vanessa Grazziotin (AM). O PSOL perdeu José Nery (PA), mas elegeu Randalfe Rodrigues (AP) e Marinor Brito (PA).

Apesar da saída de Marina Silva (AC), a representação do PV será mantida com Paulo Roberto Davim, suplente do reeleito Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que se licencia para exercer o cargo de ministro da Previdência. O mesmo acontece com o PSC, que perde Mão Santa (PI), mas ganha Eduardo Amorim (SE).

Itamar Franco (PPS-MG) e Sérgio Petecão (PMN-AC) garantem a presença de seus partidos, como o PRB, que continua com Marcelo Crivella (RJ).

Juramento de respeito à Carta Magna marca posse dos eleitos

Os 54 senadores que se elegeram em outubro passado foram empossados ontem de manhã, em cerimônia simples e rápida. Eles cumprem mandato até 2019

“PROMETO GUARDAR A Constituição federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.” Com esse juramento, previsto no Regimento Interno do Senado, tomaram posse ontem 54 senadores, eleitos em outubro de 2010 para um mandato que termina em 31 de janeiro de 2019. Desses, 17 já eram senadores e foram reeleitos.

O juramento foi lido por Itamar Franco (PPS-MG), por ser, entre os eleitos, o mais velho. Os demais senadores, chamados nominalmente, disseram, em seguida: “Assim o prometo”.

Outros 27 senadores, eleitos em 2006 para o mandato que termina em 2015, compõem o quadro do Senado. A Casa tem 81 parlamentares, ou seja, três para cada uma das 27 unidades da Federação. Já na Câmara, onde todos os mandatos são renovados a cada quatro anos, tomaram posse – entre eleitos e reeleitos – 513 deputados federais.

A posse dos senadores foi realizada em reunião preparatória, presidida por José Sarney (PMDB-AP). Ao abrir a reunião, Sarney deu boas-vindas aos parlamentares eleitos e afirmou, em um breve pronunciamento, que, no Senado, todos são iguais.

– Aqui representamos os estados, somos todos iguais. O

Senado é a grande instituição da República, respondendo por sua unidade nesta Casa construída ao longo da história. Mas a soma de todos nós é menos do que a instituição do Senado – afirmou Sarney.

Após a posse, os senadores ouviram, de pé, o Hino Nacional. Em seguida, Sarney encerrou a primeira reunião preparatória e anunciou a abertura da segunda reunião preparatória, para a eleição da Mesa do Senado para o biênio 2011/2013.

A primeira sessão do Congresso de 2011, quando ocorrerá a abertura oficial dos trabalhos legislativos, está marcada para as 16h de hoje.

Logo após a abertura da sessão, o presidente do Congresso, cargo ocupado

pelo presidente do Senado, declara inaugurados os trabalhos do Poder Legislativo. Em seguida, anuncia a presença, na Casa, da presidente da República, Dilma Rousseff, que deve trazer a mensagem e o plano de governo para este ano.

Nos últimos anos, tem sido o chefe da Casa Civil o portador desses documentos, mas Dilma, a exemplo do que já fizeram os então presidentes José Sarney e Luiz Inácio Lula da Silva, preferiu trazê-los pessoalmente.

No ano passado, quando comandava a Casa Civil no governo Lula, foi Dilma quem trouxe a mensagem presidencial.

Primeira sessão do Congresso, já com a presença dos 54 eleitos em 2010, está marcada para hoje às 16h

Bancada feminina no Senado é composta por 12 integrantes

A bancada feminina no Senado Federal terá, a partir de agora, 12 integrantes. Oito foram eleitas em outubro e quatro têm mandato até 2015 – três já estavam na Casa e uma assumiu a vaga do titular, que renunciou.

Em outubro foram eleitas as senadoras Ana Amélia (PP-RS), Ângela Portela (PT-RR), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marinor Brito (PSOL-PA), Marta Suplicy (PT-SP) e Vanessa Grazziotin

(PCdoB-AM). Desse grupo, a única que já estava no Senado e se reelegeu é Lúcia Vânia.

As que já estavam exercendo o mandato no Senado são Kátia Abreu (DEM-TO), Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e Marisa Serrano (PSDB-MS). As três estão na metade do mandato, que se encerra no início de 2015. Já a senadora Ana Rita (PT-ES) assumiu o mandato deixado por Renato Casagrande, que renunciou para assumir o governo do Espírito Santo.

Especialistas em desenvolvimento urbano e em meio ambiente afirmam que áreas de risco não podem ser ocupadas e nem receber infraestrutura

Legislação não é cumprida, dizem consultores

TRAGÉDIAS COMO A que aconteceu na Região Serrana do Rio de Janeiro podem ser evitadas se o poder público impedir a ocupação de áreas de risco, avalia o consultor de Desenvolvimento Urbano do Senado Victor Carvalho Pinto.

De acordo com ele, a legislação ambiental proíbe a construção nas áreas íngremes, que estão sujeitas a deslizamentos, e nas alagadiças. No entanto, o Estado, em vez de retirar as pessoas que ocupam essas áreas, oferece infraestrutura a elas e, assim, a localidade passa a atrair mais população, afirma o consultor. Victor Carvalho destaca que mais de 90% das pessoas que residem em localidades impróprias não iriam para lá se não houvesse serviços como energia elétrica e água encanada.

O consultor destaca que, nas favelas já consolidadas, mais da metade dos habitantes moram de aluguel, "o que significa que a ocupação não é apenas para resolver problema de moradia das pessoas, mas é também um negócio imobiliário".

– Não é verdade que todas as famílias instaladas nessas áreas são paupérrimas. Alguém ocupa grande parte da área, constrói uma habitação para si e várias outras para alugar – alerta.

Causas

Os deslizamentos de terra são fenômenos naturais que ocorrem sempre que chove numa encosta, explica o consultor de Meio Ambiente do Senado Carlos Henrique Tomé. No entanto, segundo ele, o que deveria ser apenas um evento da natureza – e que aconteceria de qualquer forma – acaba se transformando em catástrofe porque há uma cidade construída embaixo das encostas.

As cidades cresceram de forma desordenada nessas localidades, especialmente com a ocupação dos morros, ignorando áreas de risco, diz Tomé. O problema é agravado quando a cidade é cortada por rio, pois os sedimentos provenientes do deslizamento se acumulam no leito, impedindo o fluxo natural das águas. O rio transborda, e acontecem enchentes, explica.

Também consultor de Meio Ambiente da Casa, João Carlos Baptista explica que as calamidades surgem em razão da ocorrência de eventos climáticos extremos, como longos períodos

de seca e excesso de chuvas, devido às mudanças decorrentes do aquecimento global.

Mesmo em municípios em que os morros não estão ocupados, alerta, poderá haver desastres em consequência do desmatamento. A principal finalidade

da preservação das florestas, explica Baptista, não é manter a biodiversidade, mas proteger as reservas hídricas e evitar deslizamentos e assoreamento dos rios. Na opinião dele, isso reduziria as calamidades decorrentes de chuvas intensas. No entanto, em

chuvas com volume acima do comum, pode acontecer de a água não ser retida ainda que sejam tomados esses cuidados.

De acordo com o Código Florestal (Lei 4.771/65), a vegetação natural localizada em topos de morros, montes, montanhas e

serras deve ser mantida como área de preservação permanente (APP). Também em encostas com declividade superior a 45 graus, a legislação exige preservação da totalidade da vegetação na linha de maior declive.



Ocorrência de deslizamentos é natural, diz consultor, mas crescimento desordenado os transforma em tragédias como a enchente em Itaipava, distrito de Petrópolis (RJ)

Mapeamento e estudos geotécnicos reduzem cheias e deslizamentos

Para resolver o problema de áreas já ocupadas, Victor Carvalho Pinto sugere que o poder público indenize as pessoas, da mesma forma que faz quando precisa construir uma estrada ou uma linha de metrô, e não permita novas ocupações em áreas de risco. O mapeamento e estudos geotécnicos também devem ser adotados em todos os municípios, recomendou. Ele observou que em muitas localidades no Rio de Janeiro e São Paulo que adotaram essas medidas houve redução dos alagamentos e deslizamentos de terra.

– Se forem feitos mapeamentos, se o poder público parar de oferecer a infraestrutura e remover as construções feitas em áreas de risco, independentemente do volume de chuvas não haverá calamidades. O problema será resolvido.

Victor Carvalho lembrou que o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) não exige tal mapeamento, problema que poderá ser sanado pela aprovação de projetos de lei que tramitam no Congresso. Como exemplo, citou o projeto de lei (PLS 65/10) do então senador Renato Casagrande que altera a legislação ambiental para assegurar a adoção de medidas

que evitem calamidades. Entre essas medidas, a proposta prevê o mapeamento e a delimitação de áreas de risco no plano diretor municipal. A proposta de Casagrande também modifica a lei que trata do serviço público de energia elétrica (Lei 10.438/02) para proibir atendimento em áreas de risco. A implantação de redes de distribuição deve respeitar o plano diretor municipal e a legislação urbanística. Já na avaliação de Carlos Henrique Tomé, o caminho mais seguro para evitar tragédias é o planejamento das cidades. Na

sua opinião, o plano diretor de cada município deve indicar as áreas em que pode haver expansão. Assim, além de direcionar a ocupação para áreas seguras e preservar os recursos naturais, o plano diretor deve orientar a implantação de zonas residenciais, indústrias e outros setores urbanos em áreas adequadas.

Para João Carlos Baptista, os governos municipais, estaduais e federal devem estar estruturados e preparados para enfrentar as consequências das mudanças climáticas. Ele reconheceu que existe carência de estudos mais profundos sobre o problema.

o planejamento das cidades. Na sua opinião, o plano diretor de cada município deve indicar as áreas em que pode haver expansão. Assim, além de direcionar a ocupação para áreas seguras e preservar os recursos naturais, o plano diretor deve orientar a implantação de zonas residenciais, indústrias e outros setores urbanos em áreas adequadas.

Para João Carlos Baptista, os governos municipais, estaduais e federal devem estar estruturados e preparados para enfrentar as consequências das mudanças climáticas. Ele reconheceu que existe carência de estudos mais profundos sobre o problema.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Nomes ainda não definidos

Diretor-geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Modernização de novos códigos na pauta de 2011

Propostas legislativas para dar mais celeridade, acesso e efetividade à Justiça vão continuar recebendo a atenção do Congresso na nova legislatura. O ano de 2010 terminou com aprovação, pelo Senado, dos códigos de Processo Penal (CPP) e de Processo Civil (CPC), já encaminhados para exame na Câmara dos Deputados.

Comissões de especialistas devem acelerar agora os trabalhos de reforma do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Código de Processo Eleitoral (CPE), em fase de anteprojeto. Há ainda matérias pontuais, entre projetos ordinários e emendas constitucionais, em exame ou que só dependem de acordo para votação.

Nos últimos anos, o Senado tratou com alta prioridade matérias desse grupo, como parte dos compromissos assumidos em decorrência do Pacto Republicano, firmado pelos chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em 2004, após a

Reforma do Judiciário.

Em bases renovadas, o Pacto 2, assinado em 2009, incluiu matérias do acordo anterior que ficaram pendentes ao lado de propostas novas, como a sugestão de reforma do CDC, nesse momento sob análise de uma comissão de juristas, para elaboração do pré-projeto, devendo ficar pronto esse ano.

A comissão do CDC foi instalada pelo presidente do Senado, José Sarney, no início de dezembro. Naquele momento, os trabalhos para a aprovação do CPP e CPC já estavam na reta final. Na solenidade, Sarney disse que o atual CDC (Lei 8.078/90) foi uma das leis mais importantes produzidas no Brasil no século passado e pode ser considerada uma "unanimidade nacional". No entanto, destacou, seu texto precisa de atualização.

– O sucesso do CDC é razão para inspirar um permanente esforço de aperfeiçoamento legislativo, sempre no sentido de fazer avançar e de ampliar os

direitos do consumidor, jamais de retroceder na quantidade, qualidade ou grau dos que já lhe são assegurados presentemente – declarou então.

Desde o início, a lista de propostas do Pacto Republicano inclui tanto projetos de iniciativas dos próprios parlamentares e outras originárias do Executivo ou do próprio Judiciário, como as que se destinaram a criar novas varas de Justiça e novos cargos na magistratura, carente de juizes para atender a demanda de processos.

O Executivo enviou o projeto da Lei Orgânica da Defensoria Pública da União, sancionada em 2009, para organizar, ampliar e modernizar o papel dessa instituição, responsável por fazer a defesa jurídica da população carente. A DPU também ampliou o quadro de defensores e, na defesa dos interesses de grupos de cidadãos sem recursos, ganhou ainda o direito de petição na Justiça por meio da ação civil pública.



Divulgação/SIC

Parlamentares acreditam que mais imposto não é sinônimo de mais contrabando

Senadores querem imposto maior sobre cigarros

Apresentados pelos ex-senadores e médicos Tião Viana e Jorge Yanai, dois projetos voltam a tramitar no Senado com o objetivo de promover redução do tabagismo

DOIS PROJETOS DE lei que vêm sendo discutidos pelos senadores aumentam os impostos cobrados sobre os cigarros, buscando com isso reduzir o tabagismo no país.

Neste momento, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) promove consulta pública de resolução que proibirá a exposição de maços de cigarros locais de venda, como padarias e supermercados.

Os dois projetos foram apresentados por senadores que também são médicos. O primeiro (PLS 314/08), do ex-senador Tião Viana (PT), que deixou recentemente o mandato para assumir o governo do Acre, chega a aumentar de 169% para 463% a alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) cobrada dos cigarros.

Ele quer aumentar ainda em cerca de 50% a cobrança de PIS-Pasep sobre os cigarros. No final, as duas tributações podem elevar o preço para o consumi-

dor em cerca de 10%.

Tião Viana contesta a argumentação da indústria do fumo de que aumentos de impostos tendem a levar a um aumento no contrabando de cigarros, com a consequente evasão de impostos. Ele cita relatório do Banco Mundial em que se prevê que, na média, um aumento de 10% nos preços reduz o consumo em cerca de 4% nos países de renda elevada e de 8% em países de renda média e baixa.

O segundo projeto (PLS 233/10), apresentado pelo então senador Jorge Yanai (DEM-MT), propõe dobrar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos cigarros e semelhantes, que passaria de 9% para 18%.

Yanai aplaude as medidas restritivas do governo, mas pondera que elas devem ser complementadas com aumento de preço. Ele também discorda da tese de que preço mais elevado vá significar crescimento no contrabando de cigarros.

Policiais federais se mobilizam para discutir aposentadoria

Diversas categorias profissionais se mobilizam para garantir a votação pelos congressistas dos projetos de seu interesse, este ano, no Congresso Nacional. Entre elas, uma das mais ativas é a dos policiais federais, que já têm assembleia-geral convocada para discutir suas prioridades junto à assessoria legislativa e acompanhar os primeiros dias de trabalho de senadores e deputados.

De acordo com a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), uma das propostas que exigem maior atenção é o PLP 554/10, que trata da concessão de aposentadoria especial a servidores que exerçam atividades de risco. O projeto está pronto para ser colocado na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados.

Para os policiais, o projeto, na prática, eleva para 55 anos

a idade mínima para que o profissional se aposente. Pela legislação atual (artigo 1º da Lei Complementar Federal 51/85, recepcionado pela Constituição federal de 1988), "o policial será aposentado voluntariamente, com proventos integrais, após 30 anos de serviço, desde que conte pelo menos 20 anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial".

A Fenapef afirma, por meio de sua agência de notícias, que "as entidades representativas dos policiais devem usar todo o seu poder de pressão para assegurar que o texto não avance da forma como está".

Por outro lado, os policiais também se mobilizam para levar à pauta do Plenário a discussão sobre o fim da cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos policiais federais aposentados.



Gilmar Mendes (E), Lula e Michel Temer acompanham José Sarney assinar o segundo Pacto Republicano, em 2009

Decisão do CNMP reacende polêmica sobre proibição

Decisão recente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) deve reacender a polêmica sobre a proibição para promotores e procuradores que entraram na carreira após 1988 exercerem atividade político-partidária ou outros cargos públicos, como de secretário ou ministro de Estado. Esse impedimento foi estabelecido pela Emenda Constitucional 45/04 e confirmado pela Resolução 5/06 do CNMP. O conselho resolveu acionar todas as unidades do MP, em nível federal e estadual, para apurar o eventual descumprimento dessa determinação legal.

Senador do PDT de Mato Grosso, o ex-procurador Pedro Taques teve de pedir exoneração do Ministério Público Federal – onde havia ingressado por concurso em 1995 – para lançar sua candidatura ao Senado. A seu ver, a EC 45/04 transformou os membros do MP em "meios cidadãos" ao eliminar a possibilidade de concorrerem a cargos eletivos.

– Essa emenda constitucional ofende um direito fundamental ao retirar a capacidade política passiva (ser votado pela população) dos membros do MP. Até criminosos podem ser candidatos se não tiverem condenação tran-



Pedro Taques pediu exoneração do MP para se candidatar ao Senado

sitada em julgado.

Convencido de que essa discussão deve ser resgatada pelo Congresso, Pedro Taques acredita que o ideal seria estabelecer uma quarentena para membros do MP dedicados a outras atividades retomarem suas funções. Entidades da categoria, como a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), também concordariam que a EC 45/04 precisa ser alterada, segundo o senador.

Nesse particular, o parlamentar recordou que a questão foi inserida na PEC 358/05 (PEC Paralela da Reforma do Judiciário) durante sua discussão no Senado. Na

ocasião, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) – que é promotor de Justiça e iniciou a carreira antes de 1988 – apresentou emenda para permitir o exercício de atividade político-partidária e de outros cargos na administração pública a quem ingressou no MP entre 1988 e 2004. Só não teriam direito a essa "flexibilização" aqueles que entraram na carreira após a vigência da EC 45/04. Essa proposta não prosperou na Câmara, entretanto, por ter sido rejeitada pelo relator, deputado Roberto Magalhães (DEM-PE).

Enquanto essa insatisfação persiste no seio do Ministério Público, o presidente da Comissão de Controle Administrativo do CNMP, Bruno Dantas, já notificou os procuradores-gerais do MP a informar seus membros que estão afastados para desempenhar funções políticas ou em outros órgãos públicos. Os que estiverem em situação irregular terão de retomar as atividades originais sob pena de processo administrativo disciplinar.

– Esse é um tema bastante candente no âmbito do Ministério Público, mas o conselho vem entendendo que a Resolução 5/06 está em plena vigência.

Como antecipou na posse, a presidente deve detalhar ao Legislativo seu projeto de erradicar a miséria e criar oportunidades de trabalho para todos

Dilma virá ao Congresso para entregar mensagem

O PALÁCIO DO Planalto comunicou ao Legislativo que a presidente Dilma Rousseff vai comparecer hoje ao Congresso Nacional para entregar a mensagem com o plano de governo em que deve expor a situação do país e solicitar providências para o ano que se inicia.

A sessão solene de reabertura dos trabalhos do Congresso será realizada às 16h. No ano passado, Dilma também foi a portadora da mensagem presidencial, mas na condição de chefe da Casa Civil de Luiz Inácio Lula da Silva.

No documento, Lula ressaltava o desenvolvimento socioeconômico conquistado pelo país e os acertos de seu governo diante da crise de 2008, que afundou vários mercados financeiros em todo o mundo.

Neste ano, conforme o antecipou em seu discurso de posse, Dilma deve detalhar para o

Legislativo seu projeto de erradicar a miséria e criar oportunidades de trabalho para todos.

Apoio

Ao entregar pessoalmente sua mensagem ao Congresso, Dilma estará repetindo o gesto de Lula em 2003, quando ele se dirigiu ao Legislativo para trazer a mensagem. À época, Lula, como Dilma agora, iniciava seu primeiro ano de governo e precisava garantir apoio do Legislativo para tirar do papel as reformas e projetos anunciados ao longo da campanha eleitoral.

Prestigiar o Congresso com sua presença na abertura dos trabalhos legislativos de 2011 pode ser uma forma de, seguindo o exemplo de Lula em 2003, tentar garantir pelo menos parte do apoio desejado.

Grande parte do texto de apresentação da mensagem de Lula

em 2003 foi dedicada a enaltecer a importância do Parlamento para a democracia brasileira.

A expectativa é que Dilma reforce, em sua primeira mensagem ao Congresso, o conteúdo do discurso de posse. No dia 1º de janeiro, a presidente ressaltou os avanços obtidos nos últimos anos; repetiu a importância de realizar reformas como a política e a tributária; e pontuou seus planos para manter os fundamentos econômicos, promover o crescimento e melhorar a situação da educação, saúde e segurança, entre outras áreas.

Fim da miséria

O ponto mais enfatizado no discurso de posse, porém, foi

a erradicação da miséria. “A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos”, garantiu Dilma.

A presidente também conclamou toda a sociedade a participar do esforço, colaborando com o governo.

No ano passado, em sua última mensagem ao Legislativo, Lula voltou a destacar, como o fez nas outras mensagens, a contribuição de senadores e deputados para as realizações de seu governo.

“As medidas econômicas foram amplamente debatidas nessa Casa, que também deu sua contribuição: sugeriu novas iniciativas, assim como aprimorou e melhorou os projetos encaminhados pelo governo. E o apoio das senhoras e senhores parlamentares foi fundamental no sentido de possibilitar ao país responder de forma rápida e eficiente à conjuntura econômica adversa”, disse na introdução,

lida pelo 1º secretário da Mesa do Congresso, o então deputado Rafael Guerra.

Continuidade

Mais que um plano de governo, a mensagem de 2010 apresentou um balanço dos oito anos de Lula na Presidência da República, destacando iniciativas governamentais e temas que marcaram o período, como o Programa de Aceleração do Crescimento, o Bolsa Família e a descoberta de petróleo na região do pré-sal.

Lula sugeriu que o objetivo, a partir de então, seria a continuidade do trabalho, discurso que daria a tônica das eleições que resultariam na escolha de Dilma Rousseff para sucedê-lo na presidência.

“O nosso principal desafio para 2010 é seguir trabalhando em conjunto para manter e fortalecer as condições econômicas e sociais que nos permitiram enfrentar as turbulências recentes no âmbito internacional. E que são fundamentais para que o ciclo de desenvolvimento dos últimos anos seja duradouro e sustentável”, disse Lula.

Dilma repetirá o gesto de Lula em 2003, quando entregou pessoalmente sua mensagem



Cezar Peluso acompanha a presidente da República, Dilma Rousseff, após a abertura do ano judiciário no plenário do STF

Presidente do Supremo propõe novo pacto republicano

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, propôs ontem, na cerimônia de abertura do ano judiciário, a celebração de um novo pacto republicano entre os três Poderes para dar continuidade ao aprimoramento da ordem jurídica brasileira. Uma das mudanças, na opinião de Peluso, deve ser nos critérios para admissão de recursos extraordinários pelo STF.

A sugestão foi feita diante da presidente da República, Dilma Rousseff. Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, não compareceram por estarem envolvidos nas reuniões preparatórias para a posse dos parlamentares eleitos em outubro e eleição das novas mesas.

– Tomo a liberdade de lançar aqui, de modo formal, a ideia de firmarmos o terceiro pacto republicano, para, em substância, dar continuidade ao processo de aprimoramento da ordem jurídica e consolidar a modernização da máquina judiciária – disse.

Os dois primeiros pactos republicanos foram celebrados pelos então presidentes da República, do Supremo, do Senado e da Câmara, em 2004 e 2009. Deles resultaram diversas mudanças legais, relacionadas a ritos processuais, legislação penal, execução fiscal e acesso à Justiça, bem como a aprovação dos institutos da repercussão geral e da súmula

vinculante.

Peluso mencionou, ainda, projetos abrangidos pelo segundo pacto que tramitam em fase avançada no Congresso. Dois dos mais importantes são os projetos de lei do Senado que instituem os novos códigos de Processo Penal (PLS 156/09) e de Processo Civil (PLS 166/10). Aprovados no Senado em dezembro passado, serão agora examinados pela Câmara dos Deputados.

Balanço

O presidente do STF também destacou os avanços alcançados pelo Judiciário em 2010. Segundo Peluso, foram cumpridas mais de 50% das metas estabelecidas, um resultado “auspicioso para a Justiça de um país como o Brasil, com tantas diversidades regionais”.

O ministro ressaltou, ainda, que o STF encerrou 2010 com um acervo de 88.701 processos em tramitação, ficando abaixo de 90 mil pela primeira vez em 11 anos. Ele pediu apoio do Executivo e do Legislativo para conquistar novos avanços neste ano.

– A quadra histórica pede-nos um passo além na construção, não apenas de uma nova consciência cívica, mas sobretudo de uma revigorante cultura de solidariedade, interação e respeito institucionais entre os Poderes, nos limites que nos outorga a Constituição da República – declarou.